



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
CURSO DE FARMÁCIA

WELLINGTON THIAGO TRINDADE DA SILVA FERREIRA

**A EFICÁCIA DAS PLANTAS MEDICINAIS NO TRATAMENTO DE DOENÇAS: UM
ESTUDO DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Goiânia-GO

2025



WELLINGTON THIAGO TRINDADE DA SILVA FERREIRA

**A EFICÁCIA DAS PLANTAS MEDICINAIS NO TRATAMENTO DE DOENÇAS: UM
ESTUDO DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Pontifícia Universidade
Católica De Goiás (PUC) para obtenção de
Grau de Bacharel em Farmácia.

Orientador: Me. Hécio Marques Junior

Goiânia-GO

2025

A EFICÁCIA DAS PLANTAS MEDICINAIS NO TRATAMENTO DE DOENÇAS: UM ESTUDO DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

WELLINGTON THIAGO TRINDADE DA SILVA FERREIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC) para obtenção de Grau de Bacharel em Farmácia

Apresentado em: 28 de maio de 2025.

Banca Examinadora

Orientador

Me. Hécio Marques Junior

Membro 1

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Membro 2

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele eu não teria chegado até aqui.

Agradeço a minha família.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais que sempre me apoiaram desde o início dos meus estudos ainda na infância até o presente momento.

RESUMO

O trabalho de conclusão que ora se apresenta tem como principal foco de estudo a apresentação das técnicas da fitoterapia que vem sendo desenvolvidas e quanto a sua importância no tratamento de diversas doenças. Sabe-se que desde os primórdios da sociedade humana a utilização das plantas vem sendo difundida, utilizada e exaustivamente estudada visando, combater doenças, curar feridas, diminuir os efeitos de dores que afetam as pessoas. Mas de outro lado existe a necessidade de combater o uso indiscriminado e sem o devido conhecimento das propriedades e possíveis efeitos adversos que as plantas podem vir a causar, por isso se torna justificável a atual pesquisa. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva, tendo como amparo a observação dos trabalhos científicos realizados por diversos autores. O Objetivo geral deste trabalho foi o de explorar e analisar o uso de plantas medicinais no tratamento de doenças crônicas e sua eficácia. Ao final é possível concluir que os estudos e tratamentos desenvolvidos possuem embasamento científico e sua técnica se torna acessível à população, se o tratamento for seguido pelo paciente com o devido cuidado e atenção, os males que o afligem tendem a serem combatidos de maneira a se evitar problemas adjacentes que invariavelmente se possam encontrar com a ingestão de medicamentos industrializados.

Palavras Chaves: Natureza. Doenças. Cuidados. Desenvolvimento Científico.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Histórico do Uso de Plantas na Medicina	10
2.2 O Uso das Plantas Medicinais	12
2.3 Cuidados Necessários com o Uso de Medicamentos Fitoterápicos	15
2.4 Interação Medicamentosa.....	17
3. METODOLOGIA	20
3.1 Tipo de Pesquisa	20
3.2 Local da Pesquisa	20
3.3 Coleta de Dados	21
3.4 Análise de Dados.....	21
4. RESULTADOS DA PESQUISA	22
CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

1. INTRODUÇÃO

A busca por tratamentos naturais e terapias alternativas tem crescido significativamente atualmente, impulsionada pelo desejo de minimizar os efeitos colaterais dos medicamentos convencionais e pela crescente conscientização em torno de práticas mais sustentáveis e integrativas. Existe um rico arsenal de plantas que produzem compostos químicos, orgânicos e inorgânicos, com grande potencial para exploração terapêutica pelo homem. Muitas vezes, as plantas são utilizadas como terapia complementar a outros tratamentos, seja por recomendação de familiares, pessoas próximas, ou pela influência de práticas milenares transmitidas ao longo das gerações (MACHADO et al., 2014; JÜTTE et al., 2017; SZERWIESKI et al., 2017; WEGENER, 2017; DIAS et al., 2018).

De acordo com os estudos de Carvalho et al. (2021) os fitoterápicos apresentam bem menos efeitos colaterais que os medicamentos sintéticos. Então, tem sido crescente o interesse e a busca por fitoterápicos em todo o mundo, pois possuem menos riscos de efeitos adversos e a mesma eficácia que os fármacos convencionais.

Para Souza e Oliveira (2022) se tratando de Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem promovido a fitoterapia através da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Ainda eles, reafirmam que entre os anos de 2012 e 2017, houve um aumento de cerca de 161% na oferta de tratamentos fitoterápicos no SUS.

Outro estudo identificou que a utilização de fitoterápicos em Unidades Básicas de Saúde (UBS) no estado de São Paulo aumentou, sendo que 52% das UBS disponibilizam esses produtos para a população, conforme dados do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (MORAES, 2018).

Rocha et al. (2015) afirmam que o uso de plantas medicinais teve início a partir de observações de suas características únicas, como mudanças nas estruturas conforme as estações do ano, e o seu poder de regeneração. A história mostra que o uso de plantas medicinais faz parte do processo evolução humana e foram usadas como recurso terapêutico desde os primórdios. A busca pelas virtudes curativas das plantas e vegetais foram um dos primeiros esforços do homem para entender e usar as plantas de forma medicinal para curar as doenças e o sofrimento (MONTEIRO; BRANDELLI, 2017).

Para Nobrega et al. (2017) o uso de plantas para fins medicinais é uma prática documentada em diferentes épocas da humanidade e continua a ser utilizada por

populações em todo o mundo. Culturas como a medicina tradicional chinesa, a ayurvédica na Índia e as práticas de curandeiros em comunidades indígenas da América Latina ainda fazem uso intensivo de plantas medicinais, destacando a importância e a longevidade dessa tradição cultural, que vive até os dias de hoje. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 80% das pessoas no mundo recorrem à medicina tradicional para resolver problemas básicos de saúde, devido ao seu acesso mais fácil e menos dispendioso.

Assim sendo, justifica-se a apresentação do tema em questão, baseando-se também, na ideia de que nos dias atuais, produtos de origem natural são a principal fonte para desenvolver novos fármacos. Cerca de 30% dos fármacos existentes são de origem natural e os fitoterápicos representam em torno de 25% dos medicamentos prescritos e 80% são modificados ou fármacos semissintéticos. Para dimensionar essa amplitude da medicina natural, tendo-se como exemplo a terapia oncológica com 60% dos medicamentos tem origem das plantas (VENDRUSCOLO, 2017).

Como também, justifica-se o interesse deste trabalho devido a relevância do tema nos dias atuais onde a busca por tratamentos naturais e integrativos na saúde tem aumentado e realizar estudos sobre a eficácia das plantas medicinais é importante para garantir que os pacientes recebam tratamentos seguros.

Acredita-se que explorar esse tema é de grande valor não só para o conhecimento científico, mas também, para o aprimoramento dos tratamentos. E para se conseguir obter êxito ao final esse trabalho segue uma metodologia que se apoia na busca bibliográfica que comprova a eficácia dos fitoterápicos e na importância das medicações naturais.

O Objetivo geral deste trabalho foi o de explorar e analisar o uso de plantas medicinais no tratamento de doenças crônicas e sua eficácia. E os específicos são: Identificar as principais plantas medicinais utilizadas no tratamento de algumas doenças; investigar os cuidados no sentido de se evitar a interação ocasionada pela ingestão de várias plantas; propor melhorias para a integração de práticas naturais na rotina farmacêutica hospitalar.

Este estudo pode contribuir significativamente para o avanço do conhecimento na área, proporcionando dados que apoiem a utilização de fitoterápicos como uma alternativa viável e segura no tratamento de doenças, além de fortalecer as práticas de medicina natural na região.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO DO USO DE PLANTAS NA MEDICINA

Em Figueiredo et al. (2014) observa-se que a medicina natural, particularmente o uso de plantas medicinais, tem uma história que remonta a milênios. Profundamente enraizada em tradições culturais e práticas populares, civilizações como os antigos egípcios, chineses e indianos desenvolveram amplos sistemas terapêuticos baseados em recursos naturais, os quais permanecem relevantes até os dias atuais, especialmente em áreas onde o acesso à medicina moderna é limitado.

Os primeiros escritos sobre plantas medicinais feitos pelo homem começam nas escrituras com o Papiro de Ébers, um dos mais antigos registros conhecidos de práticas médicas, que foi descoberto e publicado por Georg Ébers. Este documento, datado da XVIII Dinastia do Egito, relata aproximadamente 100 doenças e descreve drogas de natureza animal, vegetal ou mineral, evidenciando a importância das plantas na medicina antiga (ARGENTA et al., 2011).

Na Grécia ao formular a teoria dos humores, Hipócrates constatou a relação entre o homem e o ambiente, explicando que a saúde e a doença resultam do equilíbrio entre os elementos água, terra, fogo e ar. Para Hipócrates, a doença era o resultado do desequilíbrio entre esses elementos, enquanto a saúde era alcançada por meio do equilíbrio (CRUZ, 2014; HOFFMANN; ANJOS, 2018).

Essa teoria influenciou o uso de plantas medicinais ao promover a ideia de que certas ervas poderiam restaurar o equilíbrio dos humores, levando ao uso de fitoterápicos para tratar doenças e manter a saúde.

Alguns escritos que também se destacam são a Susrata-samhiita (600 anos a.C), na Índia antiga que foram catalogadas 700 espécies vegetais, e a Ayurveda, que mencionam plantas medicinais que são utilizadas até os tempos atuais, como o acônito (*Aconitum napellus L.*) e o aloé (*Aloe sp.*) (MONTEIRO; BRANDELLI, 2017).

Para Saad (2014) a inserção de novas plantas de caráter fitoterápico e o desenvolvimento de novas tecnologias a partir da incorporação da medicina grega e indiana, fizeram com que os árabes ao longo dos séculos fossem capazes de desenvolver sua medicina a níveis mais complexos, se consolidando como referência para as gerações posteriores.

Isto posto, é possível afirmar que a fitoterapia ou terapia pelas plantas era conhecida e praticada pelas antigas civilizações. Há milhares de anos, o homem vem utilizando os recursos da flora no tratamento, cura e prevenção de diversas patologias (USTULIN et al., 2009). Através da observação e da experimentação dos povos primitivos que as propriedades terapêuticas foram descobertas e propagadas de geração a geração, fazendo parte da cultura popular (TUROLLA; NASCIMENTO, 2006). No Brasil, o uso das plantas medicinais foi disseminado pelos europeus, escravos e principalmente pela cultura indígena (SOUSA et al., 2008).

Ricardo et al. (2017) afirmam que entre os séculos XVI e XVIII, os europeus estabeleceram contato com o Brasil, criando uma base econômica extrativista apoiada na mão-de-obra indígena. Nesse período, as missões religiosas desempenharam um papel preponderante na difusão do *modus vivendi* das sociedades europeias entre os nativos, pelas vias fluviais. Os missionários: franciscanos, carmelitas, mercedários, jesuítas e capuchinhos, oficializaram os contatos com os habitantes dessas regiões e fundaram numerosas aldeias. Esse novo povo começou a moldar suas ações cotidianas de acordo com as necessidades dos colonizadores, dedicando-se a prover a Europa com especiarias em troca do direito de morar em aldeias, caçar, pescar e colher frutos e tubérculos para sua alimentação, além de, talvez, adquirir algumas quinquilharias das muitas que os europeus trouxeram para essas terras.

Ainda Ricardo et al. (2017) recordam que no início do século 19, o Brasil estava sob o rígido controle da coroa portuguesa, mantendo em sigilo as riquezas naturais e suas possíveis formas de exploração. Um exemplo dessa política foi a negativa da licença à expedição do cientista alemão Alexander von Humboldt e do botânico francês Aimé Bonpland, que exploraram extensas regiões do norte sul-americano e do Caribe, a mando de vários reinos europeus, realizando um trabalho pioneiro e significativo sobre a biodiversidade americana. Em contrapartida, Portugal enviou o brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, que, durante dez anos, percorreu a região Amazônica e o Pantanal, coletando informações e espécies de plantas e animais. No entanto, os portugueses não estavam realmente interessados nesses estudos, e quase todo o esforço foi perdido.

São considerados medicamentos fitoterápicos aqueles cujas matérias-primas utilizadas sejam exclusivamente originadas de plantas medicinais: folhas, flores, caules, raízes, etc, que se constituem em drogas vegetais ou seus extratos, podendo ser incluídos em sua elaboração, substâncias puras inertes, como adjuvantes. A mera

inclusão de qualquer substância ativa sintética descaracteriza o produto como fitoterápico (SONAGLIO, 2001).

O homem utiliza as plantas como fonte de alimento e busca para cura de diferentes enfermidades. Baseado, algumas vezes, na credence popular, essas substituem medicamentos sintéticos sem conhecimento apurado de seus verdadeiros efeitos. Atualmente no Brasil e em diversos outros países a utilização de plantas medicinais vem sendo uma prática alternativa aos medicamentos (BRESOLIN; CECHINEL FILHO, 2003).

2.2 O USO DAS PLANTAS MEDICINAIS

Fitoterapia pode ser conceituada como o tratamento terapêutico através do uso de plantas, sendo que esta prática acontece desde os primórdios da civilização. Segundo Rezende e Cocco (2002) estimativas baseadas em registros arqueológicos mostram que o homem já utilizava as plantas com o intuito medicinal a sessenta mil anos, posteriormente foram encontrados indícios deste uso no Irã e na China de 3000 anos a. C. dessa forma entende-se que a farmacopeia integra a cultura da humanidade, tendo grande importância tanto no que se refere aos aspectos medicinais, como culturais.

No Brasil, a utilização das plantas medicinais já era comum entre os índios, mesmo antes da chegada do europeu, posteriormente com a chegada de outras raças, como a negra e a amarela esse tipo de farmacologia foi sendo difundida principalmente no meio rural que na época do período imperial português não conta com médicos, já que os mesmos se situavam somente nos centros urbanos. Aos poucos e fruto da miscigenação das culturas a fitoterapia foi sendo aprimorada em terras brasileiras, e este processo de mistura gerou uma diversificada bagagem de usos para as plantas e seus aspectos medicinais, que sobreviveram até a atualidade (ARAÚJO, 2000).

A babosa como é conhecida a *aloe vera* é um exemplo popular de planta medicinal utilizada para tratamentos e apresenta diversas propriedades terapêuticas para a pele, queimaduras, cabelos. A babosa possui um espectro amplo antimicrobiano atuando em fungos, vírus e em bactérias Gram positivas e Gram negativas. Estudos identificaram alguns compostos com ação bactericida ou bacteriostática em *Staphylococcus aureus*, *Pseudomonas aeruginosa*, *Escherichia*

coli, *Helicobacter pylori*, *Salmonella typhi*, *Bacillus cereus*, *Candida albicans*, *Shigella flexneri*, *Streptococcus pyogenes*, *Mycobacterium tuberculosis* entre outros. O pirocatecol, ácido cinâmico, ácido ascórbico e ácido p-cumárico são alguns dos compostos identificados que provavelmente atuam de forma conjunta (DAS et al., 2011).

Apesar de sua relevância cultural e da sua acessibilidade, o uso de plantas medicinais nas populações empobrecidas envolve desafios significativos, principalmente no que se refere à segurança, eficácia e padronização dos tratamentos. A escassez de regulamentação adequada e a limitação de estudos científicos aprofundados sobre a qualidade, dosagem e potenciais efeitos adversos de muitas dessas plantas podem acarretar riscos à saúde da população. Lima et al. (2020) destacam que a falta de evidências científicas robustas sobre as propriedades terapêuticas de diversas plantas utilizadas por essas comunidades pode resultar em práticas terapêuticas ineficazes ou perigosas. No entanto, os mesmos autores enfatizam que a integração dos saberes tradicionais com metodologias científicas rigorosas poderia não apenas otimizar a segurança e a eficácia dos tratamentos à base de plantas, mas também garantir um acesso mais seguro e eficiente à saúde nas populações mais carentes, sem desconsiderar os saberes locais (LIMA et al., 2020).

O reconhecimento formal dessas práticas ocorreu em 1978, na Declaração de Alma-Ata, que destacou a importância da medicina tradicional para o atendimento primário à saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou que os Estados-membros adotassem políticas para integrar plantas medicinais comprovadamente eficazes aos sistemas de saúde oficiais, visto que 80% da população mundial utiliza esse tipo de recurso para tratar doenças (FIGUEREDO et al., 2014).

A utilização de plantas medicinais no tratamento de diversas condições de saúde é sustentada por um crescente corpo de evidências científicas que atestam suas propriedades terapêuticas. Lima e Silva (2019) demonstram que o uso de fitoterápicos pode constituir uma alternativa viável e segura para o tratamento de doenças, contribuindo significativamente para a promoção da saúde e a prevenção de enfermidades. Essa abordagem integrada entre a medicina tradicional e a ciência moderna não apenas potencializa a qualidade do atendimento à saúde, mas também fortalece as políticas públicas de saúde, alinhando-se às recomendações da

Organização Mundial da Saúde (OMS), que enfatiza a incorporação de práticas baseadas em evidências nos sistemas de saúde (FIGUEREDO et al., 2014). Portanto, a valorização e a pesquisa contínua das plantas medicinais são fundamentais para um modelo de saúde que respeite as tradições culturais e promova o bem-estar da população.

As pesquisas científicas envolvendo estudo de plantas iniciaram na tentativa de comprovar a identidade botânica, composição química e ação farmacológica das drogas vegetais, agrupando aquelas de efeito semelhante. Essas pesquisas buscaram determinar as estruturas químicas envolvidas, a reprodução das estruturas quimicamente ativas, e a promoção de modificações estruturais. Esses estudos possibilitaram a proposição de maior atividade terapêutica, junto aos requisitos de qualidade e ausência de toxicidade (OLIVEIRA; SIMÕES; SASSI, 2006).

Essas descobertas não apenas corroboram a validade do uso tradicional de fitoterápicos, mas também possibilitam a investigação de novos fármacos a partir de compostos naturais. Essa perspectiva enfatiza a importância da integração da farmacognosia aos sistemas de saúde contemporâneos, conforme evidenciado por Figueiredo et al. (2014).

Contudo, o uso de plantas medicinais não está isento de desafios. A automedicação, frequentemente impulsionada pela falsa ideia de que "natural" implica "seguro", tem sido associada a reações adversas e interações medicamentosas prejudiciais. Estima-se que uma grande parcela da população não informe os profissionais de saúde sobre o uso de fitoterápicos, comprometendo a segurança dos tratamentos. Além disso, a variabilidade na concentração de compostos ativos e a falta de padronização no preparo de produtos fitoterápicos constituem barreiras adicionais à eficácia terapêutica (SANTOS et al., 2019).

A resistência de profissionais de saúde à utilização de fitoterápicos, frequentemente ligada na falta de conhecimento e na percepção de que essas práticas não possuem respaldo científico, constitui um desafio considerável (PEREIRA; LIMA, 2022). A promoção de formação contínua e a inclusão de conteúdos sobre fitoterapia nas grades curriculares dos cursos de saúde podem contribuir para a superação dessa resistência, favorecendo uma abordagem integrativa e multidisciplinar no atendimento aos pacientes.

A inexistência de regulamentações rigorosas e critérios claros para a produção de medicamentos à base de plantas leva a variações na concentração de

princípios ativos, comprometendo a eficácia dos tratamentos (COSTA et al., 2021). A implementação de normas que garantam a qualidade e a segurança dos fitoterápicos é crucial para sua incorporação de maneira segura e eficaz nos sistemas de saúde.

A regulamentação correta e a certificação dos fitoterápicos podem aumentar a confiança dos profissionais de saúde e dos pacientes em sua utilização. Segundo Almeida e Ribeiro (2020), a implementação de normas rigorosas para a produção e comercialização de fitoterápicos pode não apenas melhorar a segurança dos usuários, mas também fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de novas formulações. Portanto, a criação de diretrizes que integrem a educação, a produção e o uso responsável de fitoterápicos representa um grande avanço na valorização dessas práticas dentro do sistema de saúde. Incluir fitoterápicos na atenção básica de saúde fortalecerá o sistema e ampliará o acesso a tratamentos, além de promover a diversificação de opções terapêuticas.

2.3 CUIDADOS NECESSÁRIOS COM O USO DE MEDICAÇÕES FITOTERÁPICAS

A carência de regulamentação adequada e de informações precisas sobre o uso de fitoterápicos contribui para a desinformação dos consumidores e para a utilização imprópria dessas substâncias. Pesquisas indicam que muitos usuários desconhecem os potenciais riscos associados ao uso inadequado de plantas medicinais, o que pode resultar em complicações de saúde (MARTINS et al., 2021).

De acordo com Santos et al. (2019) para mitigar esses riscos, é preciso que o uso de plantas medicinais seja baseado em diretrizes científicas que assegurem qualidade, segurança e eficácia. Isso inclui a correta identificação botânica das plantas, a padronização de dosagens e o controle de qualidade durante o preparo.

A regulamentação adequada e a formação dos profissionais de saúde são essenciais para garantir a integração segura dessas práticas na farmácia contemporânea (FIGUEREDO et al., 2014).

Ademais, a realização de estudos clínicos rigorosos que avaliem a eficácia e a segurança dos fitoterápicos é essencial para fundamentar diretrizes científicas. A pesquisa de Silva et al. (2022) enfatiza a relevância de ensaios clínicos controlados e randomizados na validação das propriedades terapêuticas de plantas medicinais, o que pode fomentar a aceitação e o uso consciente dessas substâncias no contexto da saúde pública.

A formação contínua de profissionais de saúde, incluindo farmacêuticos e médicos, sobre a farmacologia das plantas medicinais e suas potenciais interações é crucial para garantir um atendimento seguro e eficaz (COSTA et al., 2021). Assim, o estabelecimento de uma base sólida de conhecimento e a implementação de políticas educativas são fundamentais para facilitar a integração adequada das práticas fitoterápicas na farmácia contemporânea, promovendo uma abordagem holística e segura na atenção à saúde.

A integração da medicina natural ao contexto farmacêutico proporciona benefícios consideráveis, especialmente em áreas onde o acesso à saúde é limitado. O uso de plantas medicinais e terapias alternativas pode fornecer tratamentos eficazes a custos mais baixos, tornando-se uma opção viável para populações de baixa renda ou que vivem em regiões com infraestrutura médica deficitária. As plantas medicinais, amplamente estudadas por seus compostos bioativos, têm sido utilizadas com sucesso no manejo de várias condições de saúde, como inflamações, diabetes e hipertensão. Além disso, a acessibilidade das matérias-primas naturais e a diversidade de recursos disponíveis em diferentes ecossistemas ampliam as possibilidades de terapias adaptadas a contextos regionais (BRASIL, 2016).

A implementação de práticas fitoterápicas pode também fomentar a saúde comunitária e a valorização do conhecimento local, contribuindo para a preservação de tradições culturais. Estudos indicam que o uso de plantas medicinais está intrinsecamente associado à medicina tradicional, a qual desempenha um papel fundamental em comunidades onde o acesso aos serviços de saúde convencionais é restrito (ALMEIDA et al., 2020).

A investigação realizada por Ferreira et al. (2021) revela que a promoção do uso de fitoterápicos não apenas amplia o acesso a tratamentos, mas também, fortalece a autonomia das comunidades ao integrar saberes locais com evidências científicas. Assim, a valorização das práticas tradicionais, juntamente com a formação contínua de profissionais de saúde acerca da utilização segura e eficaz de plantas medicinais, pode contribuir para um modelo de atenção à saúde mais inclusivo e sustentável.

No entanto, o sucesso dessa integração exige um esforço contínuo de validação científica, que assegure que os tratamentos com plantas sejam seguros e eficazes. Isso inclui a condução de pesquisas clínicas rigorosas para comprovar as propriedades terapêuticas das plantas, além de garantir a padronização dos produtos

fitoterápicos quanto à dosagem e qualidade. A regulamentação é outro fator crítico, uma vez que a ausência de normas claras pode gerar riscos à saúde pública. A falta de controle sobre a procedência e qualidade dos produtos fitoterápicos, além da automedicação indiscriminada, são desafios a serem enfrentados. Portanto, a formulação de políticas públicas que regulem e promovam o uso racional dessas terapias é imprescindível para que a medicina natural seja integrada de maneira eficaz e segura à prática farmacêutica (LOBATO; MOURA, 2021).

Além disso, a educação em saúde constitui um elemento crucial para o êxito da integração da medicina natural aos serviços de saúde. A conscientização tanto dos profissionais de saúde quanto da população em geral sobre os benefícios e os riscos associados ao uso de fitoterápicos pode mitigar problemas como a automedicação e as interações medicamentosas indesejadas (SILVA et al., 2021).

Por fim, cabe ressaltar que estudos indicam que programas de capacitação e informação direcionados aos profissionais de saúde podem resultar em um uso mais seguro e eficaz de plantas medicinais, aprimorando, assim, a qualidade do atendimento (COSTA et al., 2020). Portanto, a implementação de estratégias educativas, em conjunto com uma regulamentação robusta, é fundamental para assegurar que a medicina natural seja incorporada de maneira segura e responsável à prática farmacêutica.

2.4 INTERAÇÃO MEDICAMENTOSA

As interações medicamentosas referem-se a modificações nos efeitos de um ou mais medicamentos devido à administração simultânea ou anterior de outros fármacos, alimentos, bebidas ou agentes químicos ambientais. Essas interações podem potencializar ou reduzir a eficácia dos medicamentos, além de aumentar o risco de reações adversas, com graus variados de gravidade (SECOLI, 2010).

A automedicação, frequentemente praticada pela população, é um dos principais fatores que contribuem para a ocorrência de interações medicamentosas. Muitas pessoas preferem tratar sintomas comuns sem consultar profissionais de saúde, baseando-se em experiências anteriores ou no uso de plantas medicinais. Contudo, essa prática pode gerar combinações inadequadas entre fitoterápicos e

medicamentos convencionais, resultando em efeitos inesperados e, por vezes, perigosos (BENNETT; BROWN, 2003).

Diversos fatores incentivam a automedicação, incluindo a dificuldade de acesso a serviços de saúde, barreiras financeiras, crenças culturais, e a ampla disponibilidade de medicamentos em farmácias e outros estabelecimentos comerciais (CHANG; TRIVEDI, 2003). No entanto, a falta de informações precisas sobre os riscos associados ao uso concomitante de medicamentos e fitoterápicos pode colocar a saúde em risco, especialmente quando há ausência de orientação médica adequada.

Estudos apontam que a integração entre saberes tradicionais e científicos, aliada a campanhas educativas, pode minimizar os perigos das interações medicamentosas. Essas campanhas têm como objetivo sensibilizar a população sobre o uso seguro e responsável de medicamentos e fitoterápicos, além de fomentar um diálogo eficaz entre pacientes e profissionais de saúde (SANTOS; COSTA, 2021). Dessa forma, é possível garantir uma abordagem terapêutica mais segura, promovendo o bem-estar da população sem desconsiderar as práticas culturais existentes.

A automedicação quase sempre sendo considerada a solução mais prática e econômica, esconde sérios riscos à saúde, especialmente quando envolve a combinação de medicamentos com substâncias naturais. Estudos demonstram que a falta de conhecimento sobre as interações entre fitoterápicos e medicamentos pode resultar em reações adversas graves, como toxicidade hepática ou problemas cardiovasculares. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019), o uso inadequado de medicamentos, incluindo os de origem natural, é uma das principais causas de intoxicações e complicações em diversas populações. A conscientização sobre as possíveis interações entre diferentes tipos de tratamentos é, portanto, essencial para evitar efeitos indesejados e garantir a segurança dos pacientes. Em contextos de automedicação, o papel do farmacêutico torna-se ainda mais relevante, uma vez que a orientação adequada pode prevenir danos à saúde e promover o uso responsável de qualquer substância terapêutica.

Além disso, a integração entre os saberes populares e os avanços científicos tem se mostrado uma estratégia eficaz na promoção de um uso mais seguro e consciente dos medicamentos. As campanhas educativas, que abordam tanto o conhecimento tradicional quanto os dados científicos, são uma maneira de fornecer informações essenciais à população. De acordo com Silva et al. (2020), iniciativas que

envolvem educação em saúde têm demonstrado sucesso na redução de práticas de automedicação de risco, ao mesmo tempo em que respeitam e valorizam as culturas locais. Tais campanhas permitem que os pacientes compreendam os riscos associados ao uso indiscriminado de medicamentos e fitoterápicos e busquem orientação profissional, promovendo uma abordagem de cuidado mais segura e integrada.

3. METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa foi descritiva com abordagem qualitativa, enfatizando a técnica de revisão de literatura desenvolvida buscando-se artigos e informações relevantes sobre o assunto tratado.

Segundo Rampazzo (2004), a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis), sem manipulá-los: estuda fatos e fenômenos do mundo físico e, especialmente, do mundo humano, sem a interferência do pesquisador. Procura, pois, descobrir com a possível precisão, a frequência com que o fenômeno ocorre, sua relação e sua conexão com outros, sua natureza e suas características.

Este estudo utilizou a abordagem qualitativa por entender que para cada objeto de estudo é necessário um método que facilite e auxilie o pesquisador a criar caminho para desvelar o problema em questão. O método qualitativo é o mais adequado para busca da compreensão das experiências vividas como é propósito deste estudo. A utilização de métodos sistematizados e racionais lhe oferece segurança e economia, permitindo alcançar objetivos, conhecimentos válidos e verdadeiros traçando caminho sólido e detectando erros (MARCONI; LAKATOS, 2000).

Segundo Minayo (2001), o estudo qualitativo compreende questões muito particulares com um nível de realidade que não pode ser quantificado, e refere-se a uma condição subjetiva utilizada para atribuir significado e descrever experiências de vida.

3.2 LOCAL DA PESQUISA

Foram visitados vários sites de busca entre eles: Google Acadêmico, PubMed, Scopus, Web of Science, SciELO, além da consulta a obras escritas de autores já conceituados na área em estudo aqui.

3.3 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados utilizando-se principalmente a análise dos artigos e trabalhos consultados e suas principais informações.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Todas as informações coletadas foram confrontadas com a literatura científica existente e que comprova a validade do uso discriminado das substâncias estudadas nessa pesquisa.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

Conforme foi possível observar nas consultas aos trabalhos científicos estudados, as principais plantas medicinais colocadas à disposição dos tratamentos de saúde foram aqui listadas.

Plantas	Nome Científico	Utilização
AÇAFRÃO	<i>Curcuma longa</i> L. – <i>Zingiberaceae</i>	Anti-inflamatório, Antioxidante, Diurético, Antiparasitário.
ACARIÇOBA	<i>Hydrocotylle umbellata</i> L. – <i>Apiaceae</i>	Úlceras Cutâneas, Eczemas, Reumatismo.
ALECRIM	<i>Rosmarinus officinalis</i> L. – <i>Lamiaceae</i>	Amenização de flatulência epigástricas, aceleradoras da digestão, diurético e digestivo, desobstrução nasal, eliminação de catarros, cicatrizantes, antimicrobiano.
ALFAVACA	<i>Ocimum gratissimum</i> L. - <i>Lamiaceae</i>	Gripe.
ALHO	<i>Allium sativum</i> L.	Bronquite, Tosse com Catarro, Vermífugo, Gripe, Anti- Inflamatório.
ASSAPEIXE BRANCO	<i>Vernonia ferruginea</i> Less. - <i>Asteraceae</i>	Problemas Pulmonares.
BABOSA	<i>Aloe vea</i> L. / <i>Aloe</i> <i>arborescens</i> L. - <i>Liliaceae</i>	Pra baixar os níveis de Colesterol, Cicatrizante, Coceira, Dor de Estômago, Machucados.
CANELA	<i>Cinnamomum</i> <i>zeylanicum</i> Blume - <i>Lauraceae</i>	Anemia, Gripe, Tranquilizante, Dor de Garganta, Tosse, Mal-estar.
CAPIM CIDREIRA	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC) Stapf. - <i>Poaceae</i>	Prevenção de Resfriados ou Tratamento de Gripe
CARQUEJA	<i>Baccharis trimera</i> DC. - <i>Asteraceae</i>	Colesterol, Estômago, Fígado, Diabete
CAVALINHA	<i>Equisetum hyemale</i> L. - <i>Equisetaceae</i>	Gota, depurativo
ERVA BALEEIRA	<i>Varronia curassavica</i> Jacq. - <i>Boraginaceae</i>	Anti-inflamatório.
ESPINHEIRA SANTA	<i>Maytenus ilicifolia</i> Mart. Ex Reissk - <i>Celastraceae</i>	Gastrite, Ulcera Gástrica.
GENGIBRE	<i>Zingiber officinalis</i> Roscoe - <i>Zingiberaceae</i>	Anti-inflamatório, gripe, prevenção resfriados ou tratamento gripe, Dor de garganta, tosse, mal-estar.
GUACO	<i>Mikania glomerata</i> Spreng. <i>Asteraceae</i>	tosse, gripe, bronquite, catarro, tosse produtiva.
HORTELÃ	<i>Mentha x vilosa</i> L. – <i>Lamiaceae</i>	Calmante, prevenção de resfriados ou tratamento de gripe, vermífugo
INSULINA NATURAL	<i>Cissus sicyoides</i> L. – <i>Vitaceae</i>	Diabetes
MARACUJÁ	<i>Passiflora incarnata</i> L. - <i>Passifloraceae</i>	Diabetes mellitus, Friagem, calmante
MELISSA	<i>Melissa officinalis</i> L. – <i>Lamiaceae</i>	Dor, gripe, febre, Dor de garganta, tosse, mal-estar.
PATA DE VACA	<i>Bauhinia variegata</i> L. - <i>Fabaceae</i>	Diabetes mellitus

O uso de plantas medicinais entre as populações em situação de vulnerabilidade social e econômica é um fenômeno prevalente em diversas regiões

do mundo, especialmente em áreas com acesso restrito a serviços de saúde convencionais. Nessas comunidades, as plantas medicinais frequentemente emergem como uma alternativa terapêutica viável, acessível e de baixo custo, sendo particularmente valorizadas em contextos nos quais os preços elevados dos medicamentos farmacêuticos e a escassez de infraestruturas de saúde pública limitam as opções de tratamento. Conforme afirmado por Alves et al. (2013), o emprego de plantas medicinais se configura como uma estratégia recorrente em áreas rurais e periféricas, onde a dependência de recursos naturais para a promoção da saúde é amplificada pela dificuldade de acesso a serviços médicos formais. Além disso, a utilização dessas plantas é frequentemente integrada aos saberes tradicionais, os quais são transmitidos intergeracionalmente, consolidando uma relação estreita entre as práticas culturais locais e os recursos naturais disponíveis para o cuidado à saúde (ALVES et al., 2013).

Discutir o conhecimento relativo ao uso das plantas medicinais pode proporcionar um diálogo entre o saber técnico e o popular, fortalecendo as relações, validando os significados desse uso; além de ampliar as ofertas e institucionalizar essa prática nos serviços de saúde, em que pese assegurar o direito ao cuidado, por meio de políticas estruturadas, bem como minimizar o uso indevido e abusivo das plantas.

Do ponto de vista farmacológico, as plantas medicinais são ricas em compostos bioativos, como flavonoides, alcaloides e glicosídeos, os quais possuem propriedades terapêuticas variadas, incluindo efeitos antioxidantes, anti-inflamatórios e antimicrobianos. Por exemplo estudos mostram que várias plantas possuem efeitos benéficos na prevenção de doenças cardiovasculares, câncer e distúrbios neurodegenerativos. Compostos bioativos dessas plantas neutralizam radicais livres, regulam inflamações e induzem apoptose celular, contribuindo para prevenir e tratar várias doenças (LOBATO; MOURA, 2021).

Acredita-se que essas propostas proporcionem o embasamento técnico aos profissionais quanto ao uso das plantas medicinais. Tal tópico permite um diálogo fundamentado e produtor de conhecimento e ampliação desse uso como prática instituída nos serviços de saúde, que podem ser definidos como modos de saber fazer atos de saúde que operem sobre as necessidades, uma vez que os envolvidos (profissionais e usuários) validam o conhecimento dos saberes tecnológicos que agem no campo da saúde.

Uma das questões delicadas deste estudo foi a incerteza sobre o uso indevido das plantas e os possíveis abusos, seja por desconhecimento ou a crença “do que é natural não traz malefícios”. É importante considerar, além do uso abusivo, outros fatores, por exemplo, a escolha inadequada do recipiente, do local de armazenamento, das substâncias presentes nos produtos e a validade dos mesmos.

A investigação realizada por Oliveira et al. (2020) evidencia que a interação entre fitoterápicos e medicamentos convencionais pode ocasionar reações adversas significativas, especialmente em pacientes com comorbidades. Essa situação destaca a necessidade premente de educação em saúde e de supervisão profissional no manejo de plantas medicinais, a fim de assegurar a segurança e a eficácia dos tratamentos. Portanto, a implementação de políticas de regulamentação e controle na comercialização de fitoterápicos é essencial para mitigar esses riscos, promovendo um uso responsável e informado dessas terapias.

O intuito deste trabalho foi fortalecer essa prática, para que seja desempenhada com racionalidade, segurança, de modo que tanto as comunidades nos seus saberes regionais, quanto os profissionais da saúde tenham embasamento científico, favorecendo esse diálogo e a sua articulação no cuidado à saúde.

É imprescindível, a continuidade dessa discussão, tanto pelo escopo técnico-científico em desenvolvimento, quanto pelos possíveis malefícios dessa prática de modo indiscriminado e do entendimento de senso comum de que o natural não é tóxico nem faz mal à saúde.

CONCLUSÃO

Como é facilmente verificada pela historicidade do assunto, a utilização de plantas vem sendo utilizada desde os primórdios das sociedades. Acredita-se que com os estudos e a troca de experiências, muitas das enfermidades foram sendo combatidas e trazendo a cura para moléstias ou problemas de saúde que viessem a ocorrer dentro das comunidades.

Como também, se pode observar que tal procedimento além de muito comum entre as pessoas, cabe aqui a ressalva de se tomar o devido cuidado evitando-se dessa forma problemas de interação ou mesmo de uso inadequado o que pode acarretar sérios problemas ao ser humano.

O uso de técnicas milenares vem sendo utilizada, principalmente no que se refere à fitoterapia, com sucesso os estudos científicos vêm trazendo bons resultados e fortalecendo ainda mais a ideia do desenvolvimento e aprofundamento da técnica em questão, que de maneira natural e controlada vem combatendo certos tipos de doenças ou afecções da pele ou respiratória.

O objetivo desta pesquisa foi o levantamento das práticas populares e não esgotar o assunto. Pode-se sugerir que sejam feitas complementações futuras, novas investigações com o propósito de auxiliar essas comunidades, permitir a apropriação desses conhecimentos pelos profissionais da saúde com vistas a valorizar os conhecimentos populares e iniciar a “ponte” de diálogo que fundamenta uma prática humana e integral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. F. et al. A importância da medicina tradicional e do uso de plantas medicinais em comunidades rurais. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 47-55. 2020.

ALVES, R. R. N., et al. (2013). "Plantas utilizadas no tratamento de parasitas intestinais no Nordeste do Brasil." **Journal of Ethnopharmacology**, 147(1), 139-145.

ARAÚJO, A. A. **Medicina rústica**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ARGENTA, S. C. et al. Plantas medicinais: cultura popular versus ciência. **Vivências**, v. 7, n. 12, 2011.

BENNETT, P. N.; BROWN, M. J. **Self medication: Clinical pharmacology**. 3 ed. Chicago: Churchill Livingstone, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRESOLIN, T. M. B.; CECHINEL FILHO. **Ciências Farmacêuticas: uma contribuição ao estudo de novos fármacos e medicamentos**. Itajaí: Editora da Universidade do Vale do Itajaí, 2003.

CARVALHO, L. G. et al. Principais fitoterápicos e demais medicamentos utilizados no tratamento de ansiedade e depressão. **Revista de Casos e Consultoria**, Piauí, v. 12, n. 1, p. 25178, ago. 2021.

CHANG, F. R.; TRIVEDI, P. K. Economics of Self medication: Theory and Evidence. **Health Economics**, v. 12, p. 721–739, 2003.

COSTA, D. C. et al. Capacitação em fitoterapia para profissionais de saúde: uma abordagem necessária. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 30, n. 2, p. 209-215. 2020.

COSTA, D. C. et al. Importância da formação em fitoterapia para profissionais de saúde. **Revista Brasileira de Farmácia**, v. 22, n. 3, p. 183-190. 2021.

CRUZ, M. M. Concepção de saúde-doença e o cuidado em saúde. In: SANTOS, E. M. (Org.). **Avaliação em Saúde: dos modelos teóricos à prática da avaliação de programas de controle de processos endêmicos**: Fiocruz, 2014.

DAS, S. et al. Isolation and characterization of novel protein with anti-fungal and anti-inflammatory properties from Aloe vera leaf gel. **International Journal of Biological Macromolecules**, v.48, n.1, p.38-43, 2011.

DIAS, E. C. M. et al. Uso de fitoterápicos e potenciais riscos de interações medicamentosas: reflexões para prática segura. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 41, n. 2, p. 2306, 2018. Disponível em:

<https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/2306>. Acesso em: 13 ago. 2024.

FERREIRA, L. C. et al. Fitoterapia e saúde comunitária: um estudo sobre a integração de saberes. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 274, n. 11, p. 30-34, 2021.

FIGUEREDO, C. A. et al. A política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos: construção, perspectivas e desafios. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 381-400, 2014.

HOFFMANN, R.; ANJOS, M. C. R. **Construção histórica do uso de plantas medicinais e sua interferência na socialização do saber popular**. 2018.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/331083961_Construcao_historica_do_uso_de_plantas_medicinais_e_sua_interferencia_na_socializacao_do_saber_popular/link/5c64e3cfa6fdccb608c11e1e/download?_tp=eyJjb250ZXh0ljp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uliwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uln19. Acesso em: 02 set. 2024.

JÜTTE, Robert et al. Herbal medicinal products-Evidence and tradition from a historical perspective. **Journal of Ethnopharmacology**, Limerick, v. 207, p. 220-225, jul. 2017.

LIMA, J. S., et al. (2020). "Plantas medicinais utilizadas por comunidades tradicionais no Nordeste do Brasil: Uma revisão sistemática." **Journal of Ethnopharmacology**, 257, 112872.

LOBATO, S. R. R.; MOURA, M. B. O uso de plantas medicinais no tratamento de doenças crônicas. **Revista de Fitoterapia Aplicada**, v. 10, n. 1, p. 45-60, 2021.

MACHADO, H. L. et al. Research and extension activities in herbal medicine developed by Rede FitoCerrado: rational use of medicinal plants by the elderly in Uberlândia-MG. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, Botucatu, v. 16, v. 3, p. 527-533, jul-set. 2014.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTIN, C.A, ALMEIDA V.V, RUIZI M.R, VISENTAINERJ.E.L, MATSHUSHITAM, SOUZA N.E, VISENTAINER J.V. Ácidos graxos poliinsaturados ômega-3 e ômega-6: importância e ocorrência em alimentos. **RevNutr** 19: 761 -770. 2006.

MARTINS, E.R. et al. **Plantas medicinais**. Viçosa: Imprensa Universitária UFV, 2021.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, S. D. C.; BRANDELLI, C. L. C. **Farmacobotânica: Aspectos Teóricos e Aplicação**. São Paulo: Artmed Editora, 2017.

MORAES, C. A. L. de. As dimensões da ética na pesquisa: um estudo em diferentes contextos. **Revista da Universidade de São Paulo**, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/160705>. Acesso em: 30 set. 2024.

NÓBREGA, J. S. et al. Avaliação do conhecimento etnobotânico e popular sobre o uso de plantas medicinais junto a alunos de graduação. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, v. 11, n. 1, p. 07- 13, 2017.

OLIVEIRA, C. A. da S. et al. Crescimento da cultura da batata afetado pelo nitrogênio e pela densidade das plantas. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 35, n. 5, p. 939-950, 2020.

OLIVEIRA, M. J. R.; SIMÕES, M. J. S.; SASSI, C. R. R. Fitoterapia no Sistema de Saúde Pública (SUS) no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Brasileira Pl. Medica**, Botucatu, v. 8, n. 2, p. 39-41, 2006.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

REZENDE, H. A.; COCCO, M. I. M. A utilização da fitoterapia no cotidiano de uma população rural. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 36, n. 3, p. 282-8, 2002.

RICARDO, J. E. et al. A perspectiva ambiental no desenvolvimento local. **Revista Dilemas Contemporâneos: Educación, Política y Valores**, v. 4, n. 2, 2017.

Rocha, F. A. et al. O uso terapêutico da flora na história mundial. **Holos**, v. 1, p. 49-61, 2015.

SAAD, B. Greco-Arab and Islamic Herbal Medicine. **A Review. European Journal of Medicinal Plants**, p. 249-258, 2014.

SANTOS, L. A. et al. Fitoterápicos no Brasil: desafios para a integração segura na prática farmacêutica. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 29, n. 3, p. 298-310, 2019.

SECOLI, S. R. Polifarmácia: interações e reações adversas no uso de medicamentos por idosos. **Revista Brasileira Enfermagem**, Brasília, v. 63, n. 1, Fev/2010.

SILVA, A. M.; COSTA, D. P.; LIMA, M. R. Educação em saúde como estratégia para a redução dos riscos da automedicação. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 44, n. 3, p. 257-264, 2020. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório sobre a segurança do paciente e as interações medicamentosas. Geneva: OMS, 2019.

SILVA, R. A. et al. Importância da educação em saúde no uso de fitoterápicos: revisão de literatura. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 1-12, 2021.

SILVA, R. A. et al. Ensaio clínico controlado sobre plantas medicinais: uma necessidade para a validação terapêutica. **Journal of Medicinal Plants Research**, v. 16, n. 4, p. 56-65, 2022.

SONAGLIO, D. C. N. S. Activities of liquid and spray-dried extracts from *Lippia alba* - *Verbena Caea* (Brazilian false Melissa). **Journal of ethnopharmacology**, v. 82, n. 2-3, p. 207-215, 2001.

SOUSA, F.C.F et al. Plantas medicinais e seus constituintes bioativos: Uma revisão da bioatividade e potenciais benefícios nos distúrbios da ansiedade em modelos animais. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 18, n. 4, p. 642-654, 2008.

SOUZA, A.; OLIVEIRA, B. T. Avaliação da eficácia de extratos vegetais sobre *Staphylococcus*. **Revista Fitos**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/1193>. Acesso em: 30 set. 2024.

SZERWIESKI, Laura L. D. et al. Uso de plantas medicinais por idosos da atenção primária. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 19, p. 04, 2017.

TUROLLA, M. S. R.; NASCIMENTO, E. S. Informações toxicológicas de alguns fitoterápicos utilizados no Brasil, **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, v. 42, n. 2, p. 289-306, 2006.

USTULIN, M. et al. Plantas medicinais comercializadas no Mercado Municipal de Campo Grande-MS. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 19, n. 3, p. 805-813, 2009.

VENDRUSCOLO, M. H. Obtenção de iridoides de espécies nativas da flora do Rio Grande do Sul, modificações estruturais, determinação da atividade anti-*Leishmania amazonensis* in vitro e modelagem molecular. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 136f. 2017.

WEGENER, Tancred. Padrões e Tendências no Uso de Produtos Herbais, Medicina Herbal e Produtos Medicinais Herbais. **International Journal of Complementary and Alternative Medicine**, Edmond, v. 9, n. 6, dez. 2017.